



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Daniella Ribeiro

EMENDA Nº - CCJ
(ao PLP 68/2024)

Dê-se ao inciso IV do § 2º do art. 39 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 39.

§ 2º
.....

IV – serviços de planos de assistência à saúde e de fornecimento de
vale-refeição e vale-alimentação, cuja contraprestação será calculada de acordo
com os respectivos regimes específicos.
.....”

JUSTIFICAÇÃO

A atual redação do parágrafo único do artigo 231, cumulada com a redação do artigo 39, § 1º, inciso V e §2º, inciso IV, leva à compreensão de que o os planos de saúde serão considerados bens de uso e consumo, quando não cumpram os requisitos cumulativos de: (i) serem destinados a empregados; e (ii) decorram de convenção coletiva de trabalho.

Ou seja, só não será exigido o IBS e a CBS sobre a contratação de planos caso sejam respeitadas as condições e limites previstos no texto. Assim que, são impactadas diretamente as empresas que fornecem planos de saúde livremente, sem a previsão com base em convenção coletiva de trabalho, assim como aquelas que os fornecem aos seus administradores ou demais contribuintes individuais (ou seja, não empregados).



A consequência prática disso é que um serviço considerado como de uso e consumo está sujeito à incidência do IBS e CBS no ato da compra pelo adquirente, que pagará sobre o valor do plano, aumentando o custo final do plano de saúde para os adquirentes, sem a possibilidade de creditamento.

Ademais, o direito essencial à saúde não pode ser onerado através de atuação sindical, nem tampouco limitado a aspectos funcionais. Há que se ter em mente que saúde é direito de todos, e deve ser a maior ampla possível, especialmente a suplementar (que desonera o próprio Estado, no caso o SUS).

Portanto, sugere-se a supressão parcial do inciso IV do § 2º deste artigo, para retirar tais requisitos para que os planos de saúde não sejam considerados como bens de uso e consumo e sem qualquer condicionante.

Sala da comissão, de de .

Senadora Daniella Ribeiro
(PSD - PB)

